



1 **Ata da Sessão Ordinária do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do**
2 **Brasil – Seccional Tocantins – triênio 2013/2015**

3
4
5
6
7 **Data:** 18 de dezembro de 2015, 14h00min.
8 **Local:** Sede do Conselho Seccional da OAB/TO
9 Quadra 201 Norte, Conjunto 03, Lotes 1 e 2, Palmas – TO.

10
11
12 Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, no
13 plenário da sede da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do
14 Tocantins (OAB/TO), após terem sido previamente convocados, reuniram-
15 se na décima sessão ordinária os membros da OAB/TO eleitos para o
16 triênio 2013/2015, onde presentes se achavam: **Diretoria:** Presidente
17 Epitácio Brandão Lopes; Vice-Presidente Rubens Dario Lima Câmara,
18 Secretário-Geral Paulo Saint Martin de Oliveira, Diretor-Tesoureiro
19 Pompílio Lustosa Sobrinho. **Conselheiros Estaduais:** Célio Alves de
20 Moura, Dorema Silva Costa, Fernando Rezende de Carvalho, José Pedro
21 da Silva, Orlando Rodrigues Pinto, Luiz Antônio Monteiro Maia, Marcello
22 Bruno Farinha das Neves, Saulo de Almeida Freire, Túlio Jorge Ribeiro de
23 Magalhães Chegury, e dos **Conselheiros Estaduais Suplentes:** Alexandre
24 Abreu Ayres Junior, Roger de Melo Ottano, Dinalva Bezerra Costa e Janay
25 Garcia. **Ausências justificadas:** Secretária-Geral Adjunta Heloísa Maria
26 Teodoro Cunha e Conselheiro Estadual Huáscar Mateus Basso Teixeira. A
27 seguir, verificado o *quórum* legal, o Presidente do Conselho Seccional
28 declarou aberta a sessão, saudou os presentes, desejou sucesso nos
29 trabalhos do dia e parabenizou os aniversariantes do mês de dezembro:
30 Vice-Presidente Rubens Dário Câmara, Conselheiro Federal Christian
31 Zini, Presidente da Subseção de Paraíso do Tocantins Raphael Pires,
32 Presidente da Subseção de Pedro Afonso Raimundo dos Santos,
33 Conselheiros Estaduais Dorema Costa, Túlio Chegury, Karine da Silva,
34 Roger Ottano, Antônio Ianowich e José Augusto Bezerra. Após, o
35 Presidente Epitácio Brandão colocou em apreciação a Ata da sessão
36 anterior, submetida a votação, foi aprovada por unanimidade. Presenças
37 do Presidente da Subseção de Gurupi Albery Oliveira, do Presidente da
38 Comissão de Apoio ao Advogado em Início de Carreira Pablo Araújo, do
39 Presidente da ESA Allander Moreschi, do Presidente da Comissão de
40 Esportes e Qualidade de Vida Rolf Vidal, do Presidente da Subsessão de
41 Taguatinga Irazon Junior, do Presidente da Subseção de Natividade
42 Sarandi Dorneles, e de vários membros da chapa eleita para administrar a
43 OAB/TO no triênio dois mil e dezesseis a dois mil e dezoito. Após, o
44 Presidente Epitácio Brandão colocou em apreciação o **item 01 da Pauta:**
45 Campanha da advocacia previdenciária: o Conselheiro Alexandre Abreu
46 disse que essa campanha é oriunda do acordo decorrente das ações civis



1 públicas propostas pelo Ministério Público Federal contra advogados
2 previdenciários, que em nenhuma dessas ações houve cobrança de
3 honorários abusivos, que atendendo sugestão da MM Juíza da Primeira
4 Vara da Justiça Federal aceitou que a OAB/TO realizasse uma campanha
5 de esclarecimento sobre a atuação da advocacia previdenciária, formou-se
6 uma comissão que elaborou dois tipos de cartazes – masculino e feminino
7 – com o tema da campanha, que todo contrato de honorários deve ser
8 realizado por escrito, que o advogado é indispensável a administração da
9 justiça previdenciária, e também que existe um código de ética e uma
10 tabela para os honorários previdenciários, que com a aprovação e
11 divulgação dessa campanha as ações civis públicas serão extintas,
12 submetido a discussão, o Vice-Presidente Rubens Dário disse que a
13 atividade da OAB não está sendo melindrada com este acordo, o objetivo é
14 retirar das costas desses advogados as ações civis públicas, dentre outros,
15 que não compactuamos com a ingerência do Ministério Público Federal
16 nos assuntos afetos a Ordem, submetido a votação, foi aprovado por
17 unanimidade o lançamento da campanha. Em seguida passou-se aos
18 **itens 02 a 08 da Pauta:** Apresentação, discussão e votação de registro
19 das Sociedades Simples sob denominação Vezio Cunha Advogados
20 Associados; Galdino e Tenório Advogados Associados; Costa e Arrais
21 Advogados Associados, e Apresentação, discussão e votação de alteração
22 de registro das Sociedades Simples sob denominação Pablo Félix
23 Advocacia; Souza Khum Advogados Associados; Ernesto Borges
24 Advogados Associados, e Apresentação, discussão e votação de Distrato de
25 Sociedade Simples sob denominação Glaydon Freitas Advogados, os
26 pareceres da Comissão de Seleção e Inscrição foram pelo deferimento de
27 todos os pedidos, submetidos a discussão e votação em bloco, foram todos
28 os requerimentos aprovados por unanimidade, o Presidente da Comissão
29 de Seleção e Inscrição Renato Oliveira agradeceu sua escolha para
30 presidir esta Comissão, o apoio recebido dos funcionários da OAB/TO e
31 colegas em geral, o Presidente Eptácio Brandão retribuiu os
32 agradecimentos e teceu elogios ao Dr Renato Oliveira. Em seguida passou-
33 se ao **item 12 da Pauta:** Apresentação, discussão e votação dos
34 balancetes dos meses de outubro e novembro de dois mil e quinze da
35 OAB/TO, o membro da Comissão de Orçamento e Contas Conselheiro
36 José Pedro esclareceu que o déficit é só aparente, em verdade são
37 aquisições, despesas, etc., a Comissão opina pela aprovação sem
38 ressalvas dos balancetes, submetido a votação, foram aprovados por
39 unanimidade os balancetes de outubro e novembro de dois mil e quinze
40 da OAB/TO, o Dr. José Pedro teceu agradecimentos ao Presidente
41 Eptácio Brandão e aos colegas, esclareceu aos futuros dirigentes que a
42 situação financeira da OAB/TO está muito tranqüila e regular, o
43 Presidente Eptácio Brandão retribuiu os agradecimentos e disse que ao
44 final deste mandato a dívida da Ordem será muito pequena, talvez nem
45 exista dívida. Em seguida passou-se ao **item 11 da Pauta:** Apresentação,
46 discussão e votação das Anuidades, taxas e emolumentos para o ano de



1 dois mil e dezesseis: o Presidente Epitácio Brandão franqueou a palavra
2 ao futuro Diretor-Tesoureiro Ildo Cótica, que disse que é importante que a
3 votação das anuidades ocorra agora, do ponto de vista financeiro da
4 Ordem, que ele e seus colegas nada têm a opor quanto a votação e decisão
5 pelo atual Conselho, nesse momento o Vice-Presidente Rubens Dário
6 assumiu o comando dos trabalhos e disse que a sugestão da Diretoria é
7 manter os mesmos valores praticados no presente ano (dois mil e quinze),
8 o Conselheiro Túlio Chegury abriu divergência para que seja mantido a
9 decisão da sessão anterior, no sentido de deixar para a próxima
10 administração votar esses valores, o Conselheiro Alexandre Abreu disse
11 que na sessão anterior ficou decidido votar na próxima sessão, e não no
12 ano que vêm, sugeriu ao próximo Tesoureiro que seja votado a aprovação,
13 hoje, de novo parcelamento dos débitos de anuidades em atraso, de forma
14 a publicar edital logo no início do ano, o Presidente da CAATO Marcelo
15 Wallace disse que é necessário estipular esses valores agora, sob pena de
16 falta de recursos no início do ano, inviabilizando o funcionamento da
17 Ordem, o Conselheiro Fernando Rezende sugere que, além da
18 manutenção dos valores atuais, manter também os descontos já
19 existentes aos advogados em início de carreira, o Presidente da Subseção
20 de Gurupi Albery Oliveira disse que a deliberação desses valores deve ser
21 agora, o Tesoureiro Pompílio Lustosa disse que geralmente há aumento da
22 inadimplência no início do ano posterior a eleição, sugere que o
23 vencimento com desconto seja no dia dez de fevereiro, o Conselheiro Roger
24 Ottano disse que há desproporção entre os descontos, foi esclarecido que
25 essa não é a proposta da Diretoria, submetido a votação, foi aprovado por
26 unanimidade manter para o ano de dois mil e dezesseis os mesmos
27 valores de anuidade, taxas e emolumentos e descontos vigentes no ano de
28 dois mil e quinze, o Conselheiro Túlio Chegury retirou a divergência. Em
29 seguida passou-se ao **item 13 da Pauta**: Apresentação, discussão e
30 votação dos balancetes dos meses de junho, julho, agosto, setembro,
31 outubro e novembro da CAATO, o membro da Comissão de Orçamento e
32 Contas Conselheiro José Pedro esclareceu que não estão incluídos os
33 recursos oriundos do FIDA, o parecer da Comissão de Orçamento e
34 Contas é pela aprovação sem ressalvas de todos os balancetes, com
35 relação as dívidas da CAATO a Comissão não tem informações, o
36 Presidente da CAATO Marcelo Wallace disse que as dívidas são de doze a
37 dezoito mil reais, que até o final do mês a CAATO será entregue à nova
38 gestão sem dívidas, submetido a votação, foram aprovados por
39 unanimidade os balancetes dos meses de junho, julho, agosto, setembro,
40 outubro e novembro de dois mil e quinze da CAATO. Em seguida passou-
41 se ao **item 09 da Pauta**: Apresentação, discussão e votação de proposta
42 de alteração do regimento Interno da OAB/TO, o futuro Secretário-Geral
43 Célio Magalhães agradeceu a transparência e colaboração da atual
44 Diretoria na transição, que identificaram a necessidade de atualização do
45 Regimento Interno desta casa, que a nova gestão entende que é preciso
46 democratizar o acesso as comissões, passando a admitir advogados com

1 menos de cinco anos de inscrição na Ordem, dentre outros, que os
2 integrantes da próxima gestão manifestam sua expressa concordância
3 com a proposta formulada pelo Conselheiro Alexandre Abreu, o
4 Conselheiro Alexandre Abreu disse que sugeriu algumas alterações no
5 atual Regimento Interno, fez uma releitura e inclusão de alguns
6 dispositivos, como, por exemplo, a supressão da cláusula de barreira
7 inversa, de modo a permitir a composição das Comissões mediante
8 indicação do próprio Presidente, em seguida fez a leitura dos artigos e
9 parágrafos modificados, acrescidos ou suprimidos, o Conselheiro
10 Fernando Rezende fez aparte e disse que a emenda quarenta e cinco exige
11 o mínimo de três anos de experiência para os cargos de juiz, promotor,
12 etc., por questão de maturidade, sugere que para ser presidente de
13 Comissões o advogado tenha no mínimo três anos de advocacia, e cinco
14 anos de experiência para ser Ouvidor, a Conselheira Janay Garcia
15 corrobora a sugestão do Conselheiro Fernando Rezende, a Conselheira
16 Dorema Costa disse que experiência é fundamental, que o prazo de três
17 anos não é suficiente, que entende que para Presidente de Comissão o
18 prazo deveria ser de cinco anos, o Conselheiro Alexandre Abreu disse que
19 foi proposto nas mudanças a supressão da exigência de que os
20 Presidentes das Comissões sejam Conselheiros, a Conselheira Dorema
21 Costa disse que em relação a Comissão de Direitos Humanos o Presidente
22 deve ser Conselheiro, por simetria ao Conselho Federal, submetido a
23 votação a supressão da barreira para que os presidentes das Comissões
24 sejam membros do Conselho, foi aprovado por maioria a supressão dessa
25 exigência, sendo onze votos a favor e dois votos contrários, abstenção do
26 Conselheiro Túlio Chegury; em seguida foram submetidos a votação a
27 divergência apresentada pelo Conselheiro Fernando Rezende, que é de
28 exigência de três anos de experiência para exercício da Presidência das
29 Comissões, que foi aprovada por doze votos a favor da divergência e dois
30 votos com o relator, sendo aprovada a exigência de três anos para
31 Presidente de Comissões; a exclusão do parágrafo sexto do antigo artigo
32 trinta e um, e novo artigo trinta e cinco do Regimento Interno, a outra
33 modificação é a exclusão do parágrafo único do artigo cinqüenta e sete do
34 atual Regimento Interno, passando a adotar a regra geral já aprovada; a
35 alteração seguinte é sobre a ouvidoria geral, sendo excluídas as exigências
36 atuais, propõe mínimo de cinco anos de exercício da advocacia, anuindo
37 à divergência do Conselheiro Fernando Rezende para que seja o mínimo
38 de cinco anos de inscrição, submetido a votação, foi aprovado por
39 unanimidade a divergência do Conselheiro Fernando Rezende, sendo
40 exigido o mínimo de cinco anos de exercício da advocacia para o cargo de
41 Ouvidor Geral, refere-se ao artigo oitenta e oito do atual Regimento
42 Interno, as alterações aprovadas nesta sessão já foram consolidadas e
43 publicadas. Em seguida a sessão foi suspensa para possibilitar o
44 comparecimento dos Conselheiros ao desagravo em favor do Conselheiro
45 Túlio Chegury, ficando deliberado que a sessão será retomada com a
46 leitura da presente Ata e sua submissão a aprovação dos Conselheiros.



1 Reiniciada a sessão, o Secretário-Geral Paulo Saint Martin efetuou a
2 leitura da Ata, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida o
3 Presidente Eptácio Brandão declarou encerrada a sessão e agradeceu a
4 presença dos Conselheiros. Esgotada a pauta, eu Paulo Saint Martin de
5 Oliveira, Secretário-Geral da Seccional do Tocantins da Ordem dos
6 Advogados do Brasil, lavrei a presente ata, que foi lida, discutida, votada e
7 aprovada pelos presentes.

8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20

Dr. Eptácio Brandão Lopes
Presidente

Dr. Paulo Saint-Martin de Oliveira
Secretário-Geral